

BARBOSA, Raoni Borges. Do ponto de vista nativo: breves notas etnográficas de um passeio pelo bairro do Varjão/Rangel conduzido por um morador antigo. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 50, p. 39-57, agosto de 2018 ISSN 1676 8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

Do ponto de vista nativo: breves notas etnográficas de um passeio pelo bairro do Varjão/Rangel conduzido por um morador antigo

From the native point of view: brief ethnographic notes of a walk through the neighborhood of Varjão/Rangel led by an ancient resident

Raoni Borges Barbosa

Recebido: 20.06.2018

Aceito: 10.07.2018

Resumo: Este artigo busca apresentar e discutir alguns aspectos do ponto de vista nativo sobre a sociabilidade do bairro do Varjão/Rangel. Trata-se de elementos discursivos e práticas sociais que aparecem reiteradamente na gramática moral e emocional do morador e que, por esta razão, foram classificados como fundamentais na interpretação dos códigos de moralidade e da cultura emotiva do lugar. Memórias e projetos individuais e coletivos são, nesse sentido, articulados em relação à cidade de João Pessoa, atravessando gerações de famílias que vivem o estigma e o sentimento de pertença envergonhado de morar em um bairro em busca de integração moral, mas que permanece como um lugar mal-afamado e de reputação monstruosa na cidade. **Palavras-chave:** ponto de vista nativo, Varjão/Rangel, memórias e projetos, gerações de famílias, reputação monstruosa

Abstract: This article seeks to present and discuss some aspects of the native point of view about the sociability of the neighborhood of Varjão/Rangel. These are discursive elements and social practices that appear repeatedly in the moral and emotional grammar of the resident and that, for this reason, were classified as fundamental in the interpretation of the codes of morality and the emotional culture of the place. Individual and collective memories and projects are, in this sense, articulated in relation to the city of João Pessoa, crossing generations of families which live the stigma and the sense of ashamed belonging of living in a neighborhood in search of moral integration, but that remains as a place of ill repute and monstrous reputation in the city. **Keywords:** native's point of view, Varjão/Rangel, memories and projects, families generations, monstrous reputation

O bairro do Varjão/Rangel se insere simbolicamente na cidade de João Pessoa a partir de um discurso moralizante de estigma e de envergonhamento de suas sociabilidades urbanas, tidas pela cidade como violentas, perigosas e sujas. O bairro, nesse sentido, aparece quase que diariamente nas colunas policiais da mídia local e, por ser considerado um dos mais violentos da Capital paraibana, tem sido alvo de intervenções administrativas e policiais diárias. Cabe enfatizar que para a cidade de João Pessoa, de forma geral, e para os seus empreendedores morais¹, tais como políticos

¹ O conceito de empreendedores morais aponta para atores e agentes sociais destacados em um regime dado de hierarquias e posições sociais, capazes de planejar e/ou executar estratégias de controle e de empreendimento moral sobre elementos definidos como problemáticos e passíveis de deliberação pública e de transformação planejada (Gusfield, 2014). O processo de apropriação moral de um fenômeno urbano qualquer, portanto, depende dos interesses manifestos e implícitos de atores e agentes sociais destacados

e jornalistas, o bairro do Varjão/Rangel é comumente conhecido como o bairro do *Rangel*, tal como se pode ler nos letreiros dos ônibus que atravessam o bairro e nas placas indicativas de entrada e saída do bairro². A nomenclatura *Varjão*, apesar de oficial, tornou-se signo de vergonha, enquanto que a nomenclatura *Rangel* remete à luta coletiva dos moradores do bairro por reconhecimento e integração moral do bairro à cidade.

Em sua maioria, as notícias que aludem ao bairro tratam de violência banal e cruel desencadeada nos processos cotidianos de ruptura, crise, correção e reintegração de vínculos entre os moradores, como em um drama social turneriano (Turner, 2008) em que interesses e atitudes de atores e agentes sociais em interação se chocam em razão de definições concorrentes e conflitivas da situação, demandando, assim, novos arranjos e acordos como lastro moral para o grupo e como orientação da ação social legítima em esquemas de status/papel tensionados no jogo intersubjetivo³.

Nesse sentido, o bairro reproduz, em seus contextos interacionais, a dinâmica de envergonhamento e de desfiguração moral que a cidade oficial de João Pessoa, na voz publicizada de seus empreendedores morais, - a mídia local e a administração pública locais, em especial - projeta para os bairros populares e periféricos. Estes são classificados não mais como elementos pitorescos e folclóricos de um atraso social romantizado como exótico (Barreto, 1996), mas como áreas classificadas como problemáticas para e pelo poder público em razão dos focos ali concentrados de violência urbana e de moralidade degradada e ameaçadora para o cidadão de bem.

nos sistemas de posições e hierarquias morais da cidade, assim como de suas respectivas capacidades de vocalização e escandalização de uma narrativa moralizante que enquadre a ação ocorrida, real ou imaginária, e definida como transgressão, como situação limite (Goffman, 2012 e 2012a), como evento crítico e/ou mesmo como trauma cultural (Alexander, 2003).

² Recentemente, em reunião de autoridades políticas da cidade com moradores do bairro, em evento conhecido como Orçamento Participativo, realizado no mês de abril de 2017, o atual prefeito do município referia-se ao bairro e aos seus moradores utilizando-se da nomenclatura *Rangel*. Interessante notar que este prefeito foi o autor do Projeto de Lei (Lei N° 1574, de 04 de setembro de 1998, da Câmara Municipal da Cidade de João Pessoa, Paraíba) que instituiu os nomes dos atuais bairros da cidade de João Pessoa. Nesta Lei o bairro continua oficialmente nominado *Varjão*, muito embora já haja registros de movimentos de moradores locais utilizando a nomenclatura *Rangel*, da mesma forma que a cidade de João Pessoa já havia incorporado oficialmente a nomenclatura *Rangel* ao bairro *Varjão*. Verifica-se o uso comum da nomenclatura *Varjão* de forma ampla pelos moradores da cidade para individualizar somente o antigo caminho de barro, hoje asfaltado, que leva do centro velho da Capital para a Zona Sul da cidade: a Ladeira do *Varjão*.

³ Ver, nesse sentido, o conceito de drama social de Turner (2008, p. 33): “Dramas sociais são, portanto, unidades de processo anarmônico que surgem em situações de conflito”. De acordo com o autor, o social compreende não somente o momento socioestrutural das relações humanas (da coesão e da cooperação em torno de interesses que regulam e administram o sistema social de posições); mas, também, o momento antiestrutural, em que os seres humanos se experimentam e vivenciam como indivíduos completos e iguais para além das desigualdades, diferenças e segmentações estruturais. A estrutura, no entender de Turner, pressupõe um momento antiestrutural, sem o qual não haveria o reconhecimento da alteridade como o si mesmo em outra posição social. O social, nesse sentido, significa a totalidade do grupo como uma unidade de indivíduos iguais entre si (experimentada como elemento simbólico atemporal) e, ao mesmo tempo, a experiência concreta e histórica de indivíduos em concorrência regulando seus interesses pela obrigação moral, pela lei, pela violência e pelo intercâmbio de bens. Ainda nas palavras de Turner (2008, p. 40s): “De certa forma, o conceito de “drama social” está no âmbito das afirmações estruturais positivas; ele se atém principalmente às relações entre as pessoas em sua qualidade de *status*-papel e entre grupos e subgrupos enquanto segmentos estruturais. Aqui, “conflito” é o outro lado da moeda da “coesão”, sendo “interesse” o motivo que vincula ou separa estas pessoas, estes homens servis a direitos estruturais e obrigações, imperativos e lealdades. No entanto, conforme assinalou Znaniecki, há um vínculo que une as pessoas além e acima de seus vínculos formais. Assim sendo, não se deve limitar a investigação a uma estrutura social em particular, e sim buscar os fundamentos de ação na *communitas* genérica”.

A mudança nos sentidos coletivos atribuídos à pobreza urbana, na cidade de João Pessoa, com efeito, ocorre paulatinamente ao longo do século XX. De uma visão da pobreza urbana como elemento pitoresco consolida-se para uma visão da pobreza urbana como elemento de falência moral e perigo, aprofundando as dimensões da cultura do medo e reforçando o discurso público de necessidade de uma cruzada moral e simbólica pela segurança pública como proteção do patrimônio dos homens de bem da cidade.

Esta imagem da cidade sobre o Varjão/Rangel, de lugar perigoso e ameaçador a ser civilizado, é associada oportuna e convenientemente pelo morador do bairro a uma moralidade, toponímia e conjunto de memórias e histórias do *Varjão*, signo de vergonha cotidiana e de acusação do outro próximo que se quer evitar cotidianamente como não sendo o si mesmo, mas um passado superado de pobreza, de incivilidade e de moralidade de baixo padrão. O *Rangel*, portanto, aparece como argumento moral no processo de invenção de um bairro que luta por reconhecimento da cidade de João Pessoa, percebida como agente de modernização do urbano: pacificação, embelezamento, higienização e moralização da pobreza urbana.

Esta narrativa de pobreza urbana como falência moral e como elemento de vergonha e contágio aparece reiteradas vezes nas falas de moradores entrevistados, como, por exemplo, quando descrevem o cotidiano do Varjão/Rangel como espaços de evitação e medo e como reputação monstruosa denunciada pela cidade de João Pessoa. Reputação coletiva esta, contudo, que o morador do bairro oportunamente buscar dissociar de si e associar ao outro íntimo do Varjão/Rangel; mas que também busca relativizar enquanto projeto de luta por reconhecimento, de modo que se percebe uma tensão tanto interna, - nas subjetividades que animam o lugar, - quanto na articulação externa de elementos objetivos que compõem a fachada objetiva e material do bairro entre um sentimento de amor e ódio ao Varjão/Rangel.

Busco explorar, nesse sentido, a partir do ponto de vista nativo, estes elementos ambivalentes e ambíguos dos códigos de moralidade e da cultura emotiva do lugar, em um processo de descoberta de memórias, projetos e personagens que perfazem o imaginário coletivo e o cotidiano de interações dos moradores. Com base em material etnográfico produzido, principalmente, em um momento especial de imersão no campo de pesquisa, quando em diálogo direto com um morador antigo do bairro e atual pesquisador na área de humanidade, tive a oportunidade de percorrer as ruas e visitar lugares-chave para a minha pesquisa sobre o Varjão/Rangel.

O *Varjão no Rangel* e a *Chacina do Rangel*: narrativas sobre um lugar tenso e perigoso, de reputação *monstruosa* na cidade de João Pessoa

Glauco⁴ e eu nos encontramos no restaurante Luar do Sertão, no dia 30 de maio de 2018, por volta das 12h30min. Este horário foi escolhido justamente por ser o momento de maior concentração de pessoas almoçando no local. Em sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras (muitas vezes fardados e publicamente dispostos em seus grupos de comércio, serviço ou empresa), estudantes e pais, e profissionais liberais, que moram todos no Varjão/Rangel, que almoçam no estabelecimento, também fundado e gerido por uma família tradicional do bairro. Deste modo, o clima é de intensa pessoalidade e reconhecimento mútuo: enquanto almoçam as pessoas trocam pequenas saudações e informações, sem, contudo, interromper a proposta de pausa para o almoço. O Luar do Sertão funciona, com efeito, no esquema “balança livre” e “preço fixo de R\$ 10,00 o prato”, atraindo uma clientela que aprova a comida regional do dia-a-dia

⁴ Nome fictício utilizado neste artigo para a preservação do morador nativo que colaborou com a pesquisa.

servindo-se com os famosos “pratos de pedreiro”, isto é, fazendo montanhas de comida no prato. Nesse dia, o Luar do Sertão já estava decorado para as festividades de junho e também para a Copa do Mundo de Futebol: fitas verde-amarelas cruzando o teto e funcionários já trajando um fardamento verde-amarelo.

Enquanto almoçávamos, Glauco e eu conversávamos sobre a minha pesquisa de doutorado, sobre a qual ele mostrou-se bastante interessado, não somente por ser um morador antigo do bairro, mas também como pesquisador bastante próximo à Antropologia. Assim que apresentei a minha pesquisa de doutorado como parte de uma tradição de estudos do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções⁵, vinculado à UFPB, sobre a cidade de João Pessoa, sua cultura emotiva e seus códigos de moralidade, com especial interesse para a análise:

- da formação histórica da sua malha urbana e seu crescimento demográfico;
- da distribuição populacional nos bairros segundo critérios da hierarquia social, conformando lugares e sentimentos de pertença diferenciados e conflituais;
- da dinâmica espacial de periferização dos bairros e regiões, estabelecendo fronteiras simbólicas fortemente marcadas entre áreas nobres e lugares moralmente inferiorizados, degradados e mesmo de evitação;
- da cultura do medo do outro, da violência difusa que paira por toda a cidade, do estranhamento crescente entre os moradores, que já não mais se conhecem a partir de vínculos de parentesco, compadrio e amizade;
- da conformação da paisagem humana e urbana da cidade fortemente influenciada por sucessivos empreendimentos morais ao longo do século XX, com forte impacto dos projetos de modernização forçada executados pela elite local e nacional nas décadas de 1920 e 1930 e nas décadas de 1970 e 1980;
- do discurso dos empreendedores morais de civilizar, higienizar, embelezar, pacificar, moralizar a cidade enquanto estratégias de contenção da pobreza urbana e de administração dos conflitos cotidianos resultantes da desigualdade social, da exploração do trabalho e da própria concorrência ecológica por recursos;
- da *Chacina do Rangel* como narrativa de apropriação moralizante da pobreza urbana, percebida como problema social, mas também público, pelo seu potencial de ameaça à ordem moral cotidiana;
- da história natural da grande várzea do Rio Jaguaribe, quem vem a consolidar-se (entre outros) oficialmente como Varjão e, posteriormente, officiosamente como Rangel, expressando-se em discursos de desculpa e acusação, de ódio e amor ao bairro;
- dos esforços de desidentificação do morador em relação ao Varjão (oportunamente “jogado” para as áreas próximas à Mata do Buraquinho) ao Rangel, apresentando-se como morador do Cristo ou como morador que “está ali de passagem”;
- do bairro do Varjão/Rangel como sociabilidade bastante dinâmica, em que o morador organiza a vida afetiva, escolar, comercial, de lazer, de trabalho e religiosidade praticamente no interior das fronteiras do bairro;
- da percepção, da perspectiva nativa, do impacto da Chacina do Rangel (como crime banal e cruel; e como narrativa moralizante dos empreendedores morais da

⁵ O GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, sob a coordenação do Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, tem realizado estudos sistemáticos sobre as sociabilidades urbanas da cidade de João Pessoa sob a ótica das Emoções.

cidade) no cotidiano, no imaginário, nas memórias, no sentimento de pertença e nos projetos individuais e coletivos do morador do Varjão/Rangel;

- das formas cotidianas, em médio e em longo prazo, de apropriação espacial do bairro como recurso estratégico na organização da mobilidade urbana da cidade em acelerado processo de expansão e as formas de apropriação moral do bairro como lugar perigoso, sujo e violento a ser pacificado, moralizado e re-urbanizado sob o pretexto gerado com base na Chacina do Rangel de surto descivilizador no Varjão/Rangel.

O Glauco mostrou-se bastante surpreso com a amplidão temática da minha pesquisa e a forma de enquadrar o Varjão/Rangel para além do discurso da violência e da pobreza, destacando, entre outros, o papel do bairro como “corredor de passagem” entre o Centro e a Zona Sul da cidade de João Pessoa, como lugar de uma classe D emergente e que investia na urbanização do bairro, além de refletir sobre as formas de apropriação moral articuladas pela cidade como empreendimentos morais e cruzadas simbólicas sobre a pobreza urbana, classificada como elemento de perigo e ameaça ao status civilizatório pretendido. Comentou, nesse sentido, que já desenvolvera amplos mapas mentais (Berger & Luckmann, 1999) sobre o bairro e sua dinâmica social na cidade de João Pessoa, mas que não chegara a conectar tantos elementos históricos e político-sociais voltados para o entendimento do urbano e da subjetividade ali conformada e também produtora destas trajetórias morais e emocionais comumente entendidas como vínculos sociais que compõem a rua, a vizinhança, a comunidade, o bairro e a cidade.

Brevemente Glauco me apresentou também a sua pesquisa de tese de doutorado: busca entender como uma aldeia indígena, situada em uma cidade próxima à cidade de João Pessoa, processa o impacto das investidas neo-petencostais sobre os sinais diacríticos fundamentais para as formas tradicionais de identificação da aldeia enquanto coletividade de memórias e de projetos. Nesse sentido, mostrou-se bastante sensível à questão das disputas morais e emocionais que a minha pesquisa abarca ao inventar (Wagner, 2012) o lugar estudado, o bairro oficialmente Varjão e oficiosamente Rangel, a partir da dialética relacional entre bairro e cidade em negociação em torno de pautas de reconhecimento e de integração, por parte do bairro, e de apropriação moral, por parte da cidade.

O Glauco, nesse sentido, não somente pediu acesso à minha dissertação de mestrado, já publicada em livro (Barbosa, 2015), como também perguntou sobre os materiais utilizados para a minha atual pesquisa de doutorado. Deste modo, discorri rapidamente sobre o levantamento de notícias de jornais, blogs e de dados oficiais da prefeitura da cidade e do governo do Estado sobre o bairro do Varjão/Rangel e sobre temas pertinentes relacionados à cidade de João Pessoa (Segurança Pública, Criminalidade, Cultura do Medo, Infraestrutura Urbana e etc.); sobre a análise do processo judicial da Chacina do Rangel; e, mais detidamente, sobre o cotidiano de pesquisador como *morador atípico*⁶ no bairro do Varjão/Rangel.

Uma vez apresentadas as bases metodológicas e os interesses da pesquisa, Glauco e eu partimos para um passeio pelo bairro, a começar pela base de pesquisa, situada na Rua Rangel Travassos, nas proximidades do local do crime de chacina

⁶ A estratégia metodológica de ser morador atípico do lugar condiz com o entendimento de que a compreensão da alteridade a partir da interpretação de suas linguagens e gramáticas morais e emocionais demanda o distanciamento crítico, por parte do pesquisador, em relação ao nativo. Na condição de morador atípico pude preservar espaços de liberdade e de privacidade mesmo em contextos de intensa pessoalidade, forte co-presença e profundo engolfamento das personalidades locais em torno de compromissos coletivos. A compreensão do outro, assim, implica no não desenvolvimento de empatias espirituais internas com o informante e com o interlocutor (Geertz, 1997).

nacionalmente conhecido pela narrativa moralizante de *Chacina do Rangel*. Uma feliz coincidência, com efeito, era o fato de esta ser a parte do bairro em que Glauco morara com a família e onde ainda residiam seus pais e sua irmã mais velha, sendo ele, ainda, um personagem bastante assíduo na casa familiar.

Ao chegarmos à base da pesquisa, situada em um residencial construído recentemente na extremidade norte da Rua Rangel Travassos, o Glauco comentou:

Quase nunca vinha nessa rua, porque mãe não deixava. Ela tinha medo que a gente andasse com esse pessoal (Referia-se aos vizinhos, em geral, mas acentuava a presença de jovens envolvidos com a criminalidade de baixo potencial ofensivo.). Eu vivia de casa para a escola e de casa para a igreja. Aqui, onde a gente tá agora (Rua Rangel Travassos, próximo ao local onde ocorreu a Chacina do Rangel) era um campo, aonde se vinha usar drogas e fazer coisas erradas. ...A polícia também vinha sempre aqui, passava sempre... Ali no CAC⁷ eu também nunca fui, ao não ser em um dia que teve um evento da escola, mas era à tarde. [Diário de Campo, 30 de maio de 2018].

Já no interior do apartamento preparado para servir à pesquisa de campo, o Glauco quis saber sobre o valor do aluguel, o relacionamento que eu tinha com os vizinhos e como administrava o burburinho e a agitação daquele contexto de bairro popular. Comentei brevemente, nesse sentido, sobre a experiência de acompanhar as dificuldades que os vizinhos enfrentavam em relação a desemprego, ao cuidado dos filhos pequenos e até mesmo a situações mais tensas de separação e divórcio. Em alguns momentos, o “campo de pesquisa”, desde o seu ponto estratégico de observação, coleta e processamento de dados, tornava-se um pouco mais conturbado em razão do exacerbamento das vulnerabilidades interacionais (Goffman, 2012) entre os moradores, podendo estas evoluir para situações-limite (Goffman, 2012a), como, por exemplo, o crime de chacina ocorrido em 2009 entre famílias que se conheciam desde longa data, e, também, como as reiteradas cenas de desentendimentos, rupturas de laços e investidas violentas banalmente motivadas (desde uma perspectiva de fora e emocionalmente distanciada) contra o outro.

Naquele momento, já por volta das 14h, começava a ressoar, como de costume, a música alta dos vizinhos que moram na área do paú: os sucessos do momento que animavam as festa do CAC, alguns hits nacionais e outros mais antigos e já fora de moda eram tocados de forma que adentravam a base da pesquisa como uma batuca que parecia ser feita ali dentro mesmo. O Glauco dirigiu-se à janela e, diante da vista, exclamou:

Como cresceu essa área... No meu tempo não tinha tanta casa, tanta gente... Isso aí sempre foi um paú: é tudo alagado. No fundo e de lado é que o pessoal foi chegando para morar. Esse aí é o Varjão que o pessoal fala. Lá no fundo, já próximo à *Ladeira do Varjão*⁸, tá a CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba). E no alto você vê a torre da Igreja São Francisco de Assis, que é onde o Rangel começava. A outra igreja, a São Francisco das Chagas (a igreja matriz do bairro) é mais nova. Ali era a casa dos padres.

⁷ O CAC do Rangel é um dos espaços de sociabilidade de lazer para jovens do bairro do Varjão/Rangel, conhecido em toda a cidade de João Pessoa como um local violento, ponto de gangues e traficantes locais.

⁸ A ladeira do Varjão, de forma quase que mítica, estaria ali cristalizada no tempo, sem fazer parte de um bairro Varjão, mas unicamente conectando o bairro de Jaguaribe, - um antigo bairro nobre de mansões, mas decadente desde a década de 1960, quando a cidade de João Pessoa se organiza mais fortemente para a *conquista do litoral*. Nesse sentido, o imaginário do homem comum da cidade registrou o termo *ladeira do Varjão* como um lugar intersticial, que comunica a fronteira do centro urbano antigo de João Pessoa com o fim da cidade à época.

Depois que fizeram a igreja, que já é um modelo novo. Aquela área toda onde hoje fica a Praça da Amizade era propriedade da igreja. Aí do outro lado do Rio Jaguaribe tá o PA III, o Residencial Monte Cassino. Já dei aula de música para as crianças de lá, no tempo que ainda estavam se organizando as famílias.



Figura I: Vista do “Varjão” desde a janela da base de pesquisa, na Rua Rangel Travassos.

Aproveitando-me do comentário do Glauco sobre a sua experiência como morador do Varjão/Rangel em relação ao Residencial Monte Cassino, discorri sobre um passeio de carro que fizera por lá, ainda no período das eleições de 2014, e também sobre notícias de jornais e rumores que ouvira pelo Varjão/Rangel sobre as famílias que lá habitavam. Bastante mal-afamado e estigmatizado, o Residencial Monte Cassino aparecia na mídia local como reduto de traficantes fortemente armados e de famílias moralmente degradadas. Os moradores do Varjão/Rangel, nesse sentido, afirmavam que a relação entre as duas margens do Rio Jaguaribe era de muita intriga e de rixas entre os que ousavam passar para o outro lado.

A minha impressão sobre o lugar era de tratar-se de uma experiência de apropriação moral e segregação espacial da pobreza urbana por parte da administração pública da cidade de João Pessoa, que, desta forma, buscou responder a demandas por moradia digna que se acumulavam nos bairros populares adjacentes, como o Varjão/Rangel, o Cristo Redentor e o bairro de Cruz das Armas. As casas entregues, - com defeitos vários de planejamento e execução de obras, - irritaram os novos moradores, mas também decepcionou aquelas famílias que fizeram parte do movimento pela moradia digna e que, em razão de supostas manobras eleitoreiras, não foram agraciadas com um imóvel.

Sobre este processo de quebra de confiança na gênese do PA III ou Residencial Monte Cassino, comentei com Glauco o estudo de Koury (2016), resenhando por mim (Barbosa, 2016), cujos trechos seguem abaixo:

Nesse contexto histórico-cultural, a grande área às margens do Rio Jaguaribe, em que se situam os bairros e comunidades do Varjão/Rangel, Jaguaribe, Cruz das Armas e Cristo Redentor, foi o cenário, entre os anos de 2006 e 2010, de um processo tenso de realocação de populações para um território desapropriado pelo poder público municipal para a construção de moradias populares. A negociação desse novo lugar comprometeu os atores sociais envolvidos, principalmente os moradores do Varjão/Rangel partícipes no movimento pela moradia digna, em um conjunto de conflitos por direitos, disputas morais e identitárias, mas também em razão de desentendimentos, suspeitas e quebras de confiança em relação a projetos coletivos desfeitos e traídos...

Os moradores envolvidos na trama de acontecimentos pela moradia digna, a princípio, estavam organizados coletivamente pela causa das moradias populares. Nos desentendimentos cotidianos próprios de redes engolfadas de engajamento quase total das individualidades no Nós relacional, eles elaboraram uma fratura irreversível das lealdades, fidelidades, amizades e amores que os uniam enquanto comunidade de projetos e de sofrimento.

Ao não aceitarem o modo como se deu a partilha de bens materiais e simbólicos expressos no conjunto residencial para o qual apenas parte dos integrantes do movimento pode mudar-se, alguns dos moradores engajados no movimento por moradia digna instauraram um regime de desconfiança, de desculpas e acusações e de silêncios prenes de rumores, fofocas e intrigas como forma de lidar com a humilhação sofrida. Esse desequilíbrio normativo, potencializado por denúncias de traição e quebra de confiança que atingia parte dos beneficiados com casas no Conjunto Residencial Monte Cassino, ou PA III, resultou na falência moral da comunidade que unia vizinhos, amigos e compadres, e em uma recomposição de vínculos pautados em sentimentos de raiva e revolta, vergonha e isolamento.



Figura II: Vista do PA III ou Residencial Monte Cassino desde a janela da base de pesquisa, na Rua Rangel Travassos.

O Glauco replicou, contudo, que as notícias de jornal citadas por mim e os próprios comentários dos moradores do Residencial Monte Cassino sobre a situação do projeto urbanístico quando da entrega deveriam ser encarados com certa reserva⁹. Ele, que acompanhara de perto o processo de construção e de entrega dos imóveis, comentou:

Ali tinha o seguinte também: a família antes morava em um barraco com um bico de luz, sem pia e sem banheiro dentro de casa. Aí a prefeitura vai e entrega um imóvel pronto, com cinco bicos de luz, com vaso sanitário... Muita gente, então, pegou e vendeu lâmpadas e o vaso sanitário, porque precisava logo do dinheiro. Eu acredito que o que ocorreu foi um pouco das duas coisas: tanto teve falha da prefeitura, como teve também o pessoal que vendeu coisas dos imóveis...

Concluimos a nossa abordagem da paisagem urbana vista desde a janela da base de pesquisa fazendo um contraponto sobre os processos de colonização moral e espacial do urbano da cidade de João Pessoa. Primeiramente sobre o que o Glauco classificou

⁹ Ver notícia do dia 01 de junho de 2012 sobre o processo de entrega do projeto Residencial Monte Cassino: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-discute-regularizacao-fundiaria-do-residencial-monte-cassino/>.

como área do Varjão: o amontoado de casas populares, de tijolo nu e telhado improvisado em processos de autoconstrução, nas áreas laterais do paú, em muitos casos em terrenos de invasão; do Residencial Monte Cassino ou PA III: um arruado de pequenos imóveis de primeiro andar, isolado dos bairros próximos, distante das necessidades arquitetônicas e urbanísticas da população de baixa renda ali residente, e esquadrihado bem ao gosto modernizante da administração pública brasileira, de maneira a isolar espacialmente e homogeneizar simbolicamente; e, por fim, no plano de fundo da paisagem, os arranha-céus dos bairros nobres da orla da cidade de João Pessoa, expressando um projeto privatizado e excludente de urbano, com um nítido recorte de classe. Conjugava-se, assim, daquela perspectiva, não somente o contraste entre áreas nobres e estigmatizadas da cidade, mas também a enorme clivagem social, moral e emocional entre a pobreza urbana já parcialmente *civilizada* e submetida a um controle mais intenso pelos aparatos estatais de lei e ordem, a exemplo do Residencial Monte Cassino, e a indeterminação *monstruosa*, disforme e ameaçadora que caracterizava o lugar Varjão.



Figura III: Vista do “Varjão”, em primeiro plano; de parte do PA III ou Residencial Monte Cassino, à esquerda; e das moradias verticalizadas e modernizantes dos bairros nobres da orla da cidade de João Pessoa, no plano de fundo.

Atentando para o Processo Judicial referente à Chacina do Rangel (Processo N° 200.2009.023.125-5, locado no Fórum Criminal, Comarca de João Pessoa, 1° Tribunal do Júri – Chacina do Rangel) sobre a mesa de trabalho, Glauco pediu permissão para folhear os três volumes. Em circunstâncias anteriores já havíamos conversado sobre o crime de chacina, a narrativa moralizante da mídia local que o transformou em *Chacina do Rangel*, e a forma como esta narrativa impactou na vida cotidiana dos moradores do Varjão/Rangel: resultou no policiamento ostensivo das ruas; na midiaticização dos personagens do bairro como possíveis *monstros*; na mobilização dos moradores para a construção de um santuário dedicado às vítimas no local exato do crime; além de todo o alvoroço causado em torno do velório e do sepultamento das vítimas, que ocorreram, respectivamente, na maior escola pública do bairro (Escola Dumerval Trigueiro) e no cemitério mais próximo (Cemitério do Cristo Redentor).

Glauco chamou inicialmente a minha atenção para o jogo de ofensas e desfigurações morais entre os membros da família que produziu o crime, - Carlos José Soares de Lima e Edileuza Oliveira -, e os membros da família vitimada, - principalmente o Moisés Soares Forte e o seu filho de onze anos Priciano Soares dos Santos, - como, de fato, ter sido este, em sede judicial, o argumento explicativo maior para a produção do surto de violência cruel que desde então marcara a memória do bairro. A questão alegada do roubo de uma galinha de propriedade do Carlos José (o

Monstro do Rangel ou Mata Sete), enfatizou o Glauco, foi amplamente escandalizada no bairro e em toda a cidade de João Pessoa.

Curioso, ainda, no processo judicial, foi a celeridade com que os procedimentos de acusação, produção de provas, intimação e oitiva de testemunhas, ocorreu, ensejando uma séria de lacunas na construção da narrativa judicial de *Chacina do Rangel*. Uma estrita observância do que a linguagem do processo tipifica como *mundo jurídico*, isto é, aquilo que as provas processuais legais permitem deduzir, teriam resultado em um processo judicial muito mais demorado. A celeridade para a conclusão do caso, - enfatizou o Glauco, - deveu-se a narrativa midiática de escândalo que contagiou a população do Varjão/Rangel e da cidade em um clamor agressivo por *justiça*, entendida como destruição moral, e mesmo física, do *Monstro do Rangel*.

À época com um pouco mais de vinte anos, residente na Rua Magno Lopes, Glauco conta ter acordado naquela manhã do dia 09 de julho de 2009 com o comentário de seu pai, ainda sob choque moral intenso, sobre a ocorrência de cinco assassinatos durante a madrugada na rua de baixo, a Rua Oswaldo Lemos. Imediatamente o Glauco associou a violência a um possível confronto entre policiais e os “meninos das bocas ali do campo”. Lembra, nesse sentido, que chegou a dizer ao pai: “Pegaram os meninos... logo cinco!” Mas, para a surpresa geral, tratava-se de um surto de violência entre famílias amigas, quase irmãs, e, não somente isso, o assassino era o *Ceguinho*, personagem pacato e trabalhador do bairro e que nunca incomodava a vizinhança.

Ainda nas palavras de Glauco:

Ceguinho era aquele cara que nunca revidava por nada, que não mexia com ninguém e não arrumava confusão. Não era de estar por aí aprontado. Aí de repente *Ceguinho* tinha matado cinco da mesma família. Ficou todo mundo sem entender. Depois disso ele já estava na televisão sendo chamado de Monstro do Rangel... Você viu quando ele foi torturado na prisão pelos policiais? E quando teve o velório das vítimas, aqui na escola do bairro, ali próximo ao mercado público, eu fui... Os caixões estavam abertos. Dava para ver tudo.

Nesse ponto interrompi a narrativa para perguntar se os corpos não haviam sido devidamente preparados para o velório. O Glauco, que não somente apresentava as suas memórias sobre o ocorrido, como também folheava o processo judicial da Chacina do Rangel justamente na parte em que os laudos periciais elencavam os ferimentos mortais de cada vítima do crime de chacina, informou, então, que os corpos haviam sido “só costurados”, mas que era visível a violência praticada sobre cada um deles, principalmente sobre os corpos das crianças. A reação das pessoas que foram ao velório (“o bairro em peso estava presente”), que formavam uma imensa fila para uma última homenagem aos mortos, era de se espantar, de gritar e passar mal.

No caso do crime de chacina transformado na narrativa de *Chacina do Rangel*, a violência intensamente cruel se deu entre pessoas não somente socialmente iguais, mas, antes de tudo, extremamente próximas, praticamente íntimas, e que se conheciam e se reconheciam desde muitos anos como moradores da Rua Oswaldo Lemos e do bairro do Varjão/Rangel, de modo que, em tese, eram atores e agentes sociais unidos nas redes de pertença e de memórias e projetos comuns do lugar. A ruptura total dos laços afetivos entre as famílias envolvidas no crime não ocorreu em razão de dívida de jogo ou de transgressão aos códigos impositivos dos senhores do tráfico de drogas, de modo que o evento pudesse ser justificado a partir da narrativa policial típica de execução de mais um endividado com o tráfico em uma “boca de fumo”.

Da mesma forma que não havia entre as famílias qualquer disputa por bens econômicos que pudesse desatar desentendimentos movidos por cálculos econômicos e

tamanha fúria destruidora entre os seus membros. Agressores e vítimas, pelo contrário, partilhavam de um mesmo mundo social, compartilhando, por exemplo, no caso do homem adulto de cada família, do mesmo ofício de gesseiro em uma fabriqueta de gesso improvisada ali mesmo na casa da família chacinada, na Rua Oswaldo Lemos¹⁰. Os filhos de ambos os casais brincavam conjuntamente, assim como as respectivas esposas e donas de casas conviviam intensamente no cuidado dos filhos, na realização das tarefas da casa e nos contatos com os vizinhos e parentes da rua e da vizinhança.

Longe de um contexto interacional e situacional marcado pela grande violência ou pela discórdia passível de observação racional por terceiros, a violência banal entre iguais da *Chacina do Rangel* se assemelha mais a um desentendimento familiar que fugiu ao controle dos interactantes, já bastante excitados pelo espiral crescente de provocações reciprocamente dirigidas, mas que, do início ao fim, permanece como tensão e disputa moral e emocional de arranjos e recursos internos e íntimos às famílias envolvidas no crime¹¹. Os instrumentos domésticos utilizados como armas brancas pelo casal agressor, - um facão e uma faca peixeira de cozinha, - assim como o grau de desorganização e de improvisação das ações violentas verificadas na cena do crime, revelam um contexto interacional pessoalizado, perpassado por quebras de confiança (Koury, 2016) e pequenas mágoas e ofensas morais acumuladas, muitas vezes silenciadas e que, em uma situação-limite de fúria e de ira-raiva (Scheff, 1990; Coelho, 2010), despontou como desfiguração moral e violência destruidora do outro próximo tido como extensão de si mesmo.

O acúmulo de pequenas mágoas entre estes atores e agentes sociais remete a um contexto de potencialização das vulnerabilidades e fragilidades interacionais até sua configuração como situação-limite e ruptura com a normalidade normativa. O convívio dos agora assassinos e vítimas em regimes de intensa pessoalidade e acentuada copresença indica uma situação de engolfamento das personalidades, ou seja, um contexto interacional em que os atores e agentes sociais em jogo comunicacional se vêem em situações não de todo controladas e que se expõem perigosamente à ambivalência das ações individuais, podendo estas ser interpretadas e antecipadas como ameaça a si próprio e ao grupo de atores e agentes sociais envolvidos na situação.

O crime expresso na chacina, - na medida em que foi escandalizado e processualmente construído como narrativa de um ato extremamente cruel de destruição da família, de amizades e de vínculos básicos de confiança em relação ao vizinho do lado, - foi sentido pela parte tida como civilizada da cidade como um perigo real e iminente representado pelo avanço de um suposto *ethos* (Geertz, 1973) violento da sociabilidade urbana periférica, um surto descivilizador, sobre os códigos civilizatórios pretensamente modernos dos empreendedores morais locais. Por outro lado, o morador do bairro sentiu-se incompreendido e injustiçado na medida em que a cidade confundia os lugares Varjão e Rangel.

A classificação moral do lugar *Rangel* por parte da cidade corroborava a acusação contida na expressão *Chacina do Rangel* como um alerta aos perigos inerentes à pobreza urbana, sendo os crimes bárbaros e cruéis uma destas formas com que a pobreza considerada incivilizada surpreendia e chocava a cidade, deslocando a atenção

¹⁰ Entre a vítima e o agressor da chacina havia um regime de dádiva e de trocas de favores que se expandia para as duas famílias envolvidas no crime: ambas formavam uma comunidade de afetos. Carlos José Soares de Lima, que veio a tornar-se nacionalmente famoso como o “Monstro do Rangel”, foi levado e iniciado no ofício de gesseiro por Moisés Soares Forte.

¹¹ O Processo Judicial do caso da Chacina do Rangel (Processo N° 200.2009.023.125-5) explorou exaustivamente a íntima relação entre as famílias de agressores e vítimas, enfatizando como a confiança e o respeito que as unia foram paulatinamente esgarçados por práticas de fofoca depreciativa, de jocosidade agressiva e de pequenas agressões físicas.

de seus sistemas de alerta e fofoca para a contenção social direta de um problema público, diferentemente, por exemplo, da forma privatista como a violência urbana difusa que apavora as classes médias urbanas é tratada: como uma questão privada a ser resolvida mediante o consumo de bens de segurança privada. Em síntese, a tentativa destes empreendedores morais é de desfigurar e desclassificar as formas de agir da pobreza, pela fragmentação do seu sentimento de pertença a um lugar. Sentimento de pertença, com efeito, que permite este mesmo morador sentir-se ligado à cidade e, - por mais paradoxal que isto possa parecer, - também sentir-se distante e ressentido, envergonhado e constrangido, em relação à cidade, em razão do seu sentimento de pertença à urbe situar-se e constituir-se a partir de um lugar de memórias e projetos em uma hierarquia de valores que o considera como marginal e objeto de controle simbólico.

No caso específico do Varjão/Rangel, cuja sociabilidade apresenta uma forte pressão estigmatizante, o sentimento de pertença é também construído na tensa relação entre uma cidade que se pretende modernizante e um bairro que se pretende integrado e aceito como lugar de bem e de respeito. O código moral do espaço societal mais amplo, a cidade, contudo, classifica os bairros populares e pobres no sentido da oposição binária aos valores tidos como pertinentes à noção de cidade civilizada e moderna.

Deixando a base de pesquisa, de volta à Rua Rangel Travassos, O Glauco identificou o quintal de uma das antigas casas em que morou com a sua família, e que no momento tinha parte do muro derrubada pelas chuvas. Ele comentou que, quando era morador da Rua Magno Lopes, a Rua Rangel Travassos, naquelas imediações, era um grande terreno baldio, sem calçamento, conhecido como “o campo”, lugar para uso de drogas ilícitas, para a recreação das crianças, dos adolescentes e dos jovens mais afeitos à rua e para a criação de animais, como ainda se podia ver cavalos e vacas nas proximidades do Rio Jaguaribe. Ali não havia sido construído, ainda, o prédio Novo Rumo (onde se localizava o apartamento base da pesquisa), como também muitas das casas atualmente presentes nem sequer eram projeto, àquela época. O que hoje era uma área densamente habitada, até o ano de 2011 era ainda um lugar bastante mal-afamado, em que confluíam várias “bocas de fumo”, e, como enfatizava sempre, para onde ele muito raramente ousava ir.

A Figura IV, logo abaixo, busca apresentar ao leitor alguns dados geográficos e cartográficos sobre a imagem aproximada que o Glauco tinha da área do Varjão/Rangel em que nos situávamos. A grande área delimitada em azul compreende o “campo”, lugar assombrado e mal-afamado aonde se ia fazer *coisas erradas*; a área menor, em vermelho, aponta a localização da base de pesquisa, à época da produção da foto utilizada como Figura IV (no ano de 2012) ainda um canteiro de obras; o quadrilátero na parte superior central da figura identifica o local exato da casa da família do Monstro do Rangel ou Mata Sete, e logo acima, rente à moldura, vê-se o triângulo em preto que sinaliza onde ocorreu o crime de chacina, bem como aonde veio ser parcialmente construído o *Monumento à Paz*¹². A reta cor laranja indica a localização da Rua Magna Lopes, em que o Glauco morou com a família.

¹² Ver, a esse respeito, a seguinte postagem feita no Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2011/08/01.png?x92016>): “Mais três espaços urbanos de convivência comunitária serão construídos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para o benefício da população da cidade. Nesta quarta-feira (24) será assinada, pelo prefeito Luciano Agra, a ordem de serviço para mais três praças: São Rafael (comunidade São Rafael, Castelo Branco), Praça da Juventude (Bairro das Indústrias) e Monumento à Paz (Rangel). A assinatura, que vai acontecer na comunidade São Rafael, às 16h, faz parte do pacote de serviços em comemoração aos 426 anos de João Pessoa”.



Figura IV: Esquema geográfico e cartográfico aproximado dos lugares narrados pelo morador antigo: o “campo”, o local da base e pesquisa, da casa do Monstro do Rangel, do crime de chacina e da Rua Magno Lopes. (Adaptado do Google Maps).

Chegando à Rua Oswaldo Lemos, Glauco e eu nos dirigimos ao Monumento à Paz. Este monumento em forma de um quadrilátero maciço de piso de mármore murado em três lados, com duas pequenas arquibancadas pensadas como velário, converteu-se na *pracinha* para recreação das crianças e adolescentes das ruas adjacentes, que ali iam brincar de *baleado* (queimada), futsal, empinar pipa ou simplesmente aproveitar o tempo livre com seus fidget spinners e em conversas; a *pracinha*, todas as manhãs, entre às 5h e 6h, convertia-se em parada obrigatória dos passarinhos do Varjão/Rangel, que se aproveitavam daquele amplo terraço para a exposição de suas enormes gaiolas. Bastante impressionado com as dimensões do Monumento à Paz, o Glauco situou, sempre apontando, o local da casa da família vitimada na chacina e o local da casa da família dos agressores, onde atualmente se ergue uma construção idêntica, possivelmente propriedade de parentes.

Comentei que a *pracinha* era sempre um lugar bastante limpo, jamais utilizado para festas ou comemorações envolvendo o consumo de álcool, como costumava ocorrer na Rua Oswaldo Lemos, em que os vizinhos reuniam-se nos finais de semana e feriado literalmente no meio da rua e, ali, preparavam seus churrasquinhos, bebida gelada e assistiam a jogos de futebol ou ouviam música. Este gesto de respeito por parte dos moradores somava-se ao silêncio em relação ao crime da chacina, de modo que aquele bloco maciço de mármore, para um desavisado qualquer, emergia da terra como um enorme marca de um interdito, simbolizando um não lugar na extremidade norte do Varjão/Rangel.

As tentativas frustradas dos empreendedores morais, - como a mídia local, a administração pública da cidade de João Pessoa e do Estado da Paraíba, e a igreja católica, - em assumir o controle simbólico do lugar de forma mais ampla, intervindo

moral e emocionalmente a partir de um projeto que colaborasse com os anseios dos moradores do Varjão/Rangel de apropriação moral do lugar manchado pelo crime mediante uma narrativa de sacralização popular do mesmo, redundaram em sucessivas quebras de confiança e, por fim, da cristalização de uma postura ressentida e irônica do Varjão/Rangel em relação à cidade de João Pessoa. Feita esta observação ao Glauco, ouvi dele a seguinte réplica:

Tens notícias de alguém daqui já ter dito ouvir choro de criança por perto do local do crime? Aqui perto dessa *pracinha*? Imagina um morador passar aqui, dizer que viu um vulto, que ouviu um choro de criança e aí chamar a polícia! Já era! Bastava uma ligação e a polícia vinha até aqui e entreva nesse mato... Voltava o escândalo, tudo de novo”.

Com esta observação o Glauco chamava a minha atenção para o fato de a crise instaurada no bairro pela transgressão moral expressa no crime de chacina não ter sido ainda, - pelo menos essa parecia ser a sua percepção, - superada por um processo de correção e reintegração moral da normalidade normativa posta em xeque. O potencial da narrativa da *Chacina do Rangel* em gerar novos escândalos, para o Varjão/Rangel e para a cidade de João Pessoa, apontava para como este drama social (Turner, 2008) permanecia em suspenso, pesando no cotidiano das relações dos moradores do bairro e na forma como estes se enxergavam e se classificavam pelo olhar estigmatizante da cidade. Um simples chamado de um morador e a polícia, - como ator e agente social síntese da lei e da ordem pública, - denunciaria para a cidade oficial a presença simbólica oficiosa das vítimas da chacina naquele lugar, ainda que na condição de fantasmas evocados.

Glauco e eu seguimos pela Rua Oswaldo Lemos, passando pelas suas casas e comércios populares de fachadas convidativas para a intensa pessoalidade da convivência vicinal: as portas e as janelas abertas, alguns moradores trabalhando na rua, crianças circulando pelos estreitos terraços, animais domésticos à vontade descansando nas calçadas. O Glauco admirou-se das criações de vaca leiteira e cavalo de carroça, que perduravam naquele micro universo que mesclava resquícios de um passado rural, bastante adaptado às exigências urbanas, nas proximidades do centro de João Pessoa.

Ele comentou, nesse sentido, que, quando adolescente, estivera nas proximidades da Rua Oswaldo Lemos para observar o abate de bois que eram realizados na outra margem do Rio Jaguaribe. Aquela área do bairro, assim, acomodava um número considerável de famílias que viviam dessas ocupações *braçais* bastante exigentes, de lida com animais e de coleta e venda de resíduos urbanos. Este, com efeito, era o caso do Carlos José Soares, o antigo *Ceguinho*, e agora *Monstro do Rangel*, sobre quem os vizinhos e conhecidos contavam ser uma pessoa bastante forte e disposta para “cortar uma grama, subir no coqueiro e tirar côco, fazer um gesso”.

Da Rua Oswaldo Lemos subimos a ladeira da Rua Magno Lopes. Na esquina, ainda um terreno baldio, pastavam alguns cavalos, desatrelados de suas carroças. Logo em seguida agrupavam-se crianças, à sombra de uma árvore, e logo perceberam nossa presença. Tomado de certo saudosismo, o Glauco apontou para as casas onde morara: uma delas tinha sido demolida, de modo que restava somente pedaços do alicerce em um grande terreno tomado pelo mato; a outra casa estava de fachada nova e parecia ter sido parcelada para sublocação. Um morador, que transformara seu terraço em oficina mecânica e por ora desamassava a lateral de um carro, de pronto reconheceu o Glauco, de maneira que entabularam o típico diálogo: “Voltou para cá?”; “Não. Tô só vendo como as coisas estão. Tudo bem com o senhor?”; “Tudo. E como tá o teu pai? Outro dia avistei ele na 14 (Rua 14 de Julho)”; “Continua por lá!” Outro morador, que se preparava para sair de casa de bicicleta, também se dirigiu ao Glauco de forma

semelhante. O Glauco, então, comentou comigo: “Aqui ninguém passa despercebido. Todo mundo sabe das coisas”.

Chegamos mais adiante ao final da Rua Magno Lopes, entrando na Rua Vicente Cônego Pimentel e bem próximo da Rua Rangel Travassos, em razão do traçado irregular das casas e do relevo acidentado do terreno. O Glauco, - deixando para trás a breve cena de pessoalidade, reconhecimento mútuo e fachadas individuais engolfadas na fachada coletiva, que o confirmara como ainda morador afetivo do lugar, - retomou a narrativa de bairro perigoso e de reputação monstruosa:

Essa rua aqui, onde eu morei, ainda tem essa “boca”... Ali na esquina tem outra “boca” que é dos meus primos. Eles que botaram essa boca aí... E ali, aquela casa de primeiro andar, é de uma mulher casada com um traficante do Rio de Janeiro... Essa casa onde eu morei é da dona daquele mercadinho que virou depósito de gesso. O marido dela, Seu X., deixava pai estacionar a caminhonete carregada de mercadorias, que ele usava no trabalho, ali do lado do depósito dele, afirmando que ninguém mexeria em nada... Seu X. era respeitado por aqui. Ele matou o cunhado para poder casar com a irmã dele. Ele era perigoso, se você mexesse com ele.

A fala de Glauco apontava para como as imagens e discursos referentes ao bairro do Varjão/Rangel respondem fortemente ao olhar que a cidade de João Pessoa construiu sobre a pobreza urbana como elemento humano não civilizado e como paisagem de medo e evitação não integrada em uma suposta normalidade normativa da cidade. Ao mesmo tempo, revelava, desde o sentimento de um morador antigo, o quanto o cotidiano de relações e interações no bairro é mais complexo do que essas binarizações morais e emocionais usualmente articuladas para caracteriza contextos pessoalizados e de engajamento quase que total das personalidades em jogo intersubjetivo (Lewis, 2018). O Glauco, em sua fala, afirmava que todos os moradores trafegam com bastante domínio de suas performances entre o legal e o ilegal, o oficial e o oficioso, através de obrigações morais de parentesco e afinidade, ou mesmo de demandas por proteção. Estes elementos resultam em processos bastante ambivalentes de integração social dos moradores nas redes intensas de pessoalidade local.

Como pesquisador interessado na compreensão das gramáticas morais e emocionais das sociabilidades urbanas do bairro,- tensionadas pelo crime de chacina desencadeador de um drama social (Turner, 2008) que atingiu toda a cidade de João Pessoa como narrativa moralizante demanda de intervenção ainda em suspenso sobre a pobreza urbana localizada a partir do *bairro do Rangel*, - insisti, no diálogo com o interlocutor, em referir-me ao bairro como Varjão/Rangel, enfatizando o processo de formação e organização daquela malha urbana em processos oficiais e oficiosos, de estigma por parte da cidade e de luta por reconhecimento por parte dos moradores do bairro. Varjão, a nomeação oficial do bairro, e Rangel, a nomeação oficioso, assim, permaneciam como lugares móveis, a depender do discurso do morador e de suas necessidades de desidentificação e de evitação.

O Glauco, nesse sentido, apesar de mostrar-se de acordo com a minha fala, acabou por reforçar uma narrativa bastante corrente entre os moradores sobre a história do bairro: este teria passado de Varjão para Rangel, de forma um tanto misteriosa, na década de 1970. E para tal teria contribuído a personagem Normal Rangel, que a cavalo passeava pelo bairro distribuindo terra, em forma de foro, para os moradores recém-chegados ao então Varjão. Essa figura mítica, enfatizou o Glauco, é ainda lembrada no nome do Residencial Norma Rangel.

O *Varjão*, contudo, permanecia no *Rangel* enquanto elemento não civilizado e perigoso, próximo à mata, ao rio, como a pobreza urbana mais gritantemente associada

à sujeira e à degradação moral, como possibilidade de acusação do outro e desculpa de si. O “campo” e o local do *crime de Ceguinho*, - escandalizado pela mídia local como Chacina do Rangel e assim assumido pela justiça, pela polícia, pela igreja e pela administração pública, - eram, nesse sentido, lugares do *Varjão*.

Essa dinâmica entre *Varjão* e *Rangel* como lugares, códigos de moralidade e culturas emotivas, superpostos e em disputa, de um mesmo território e do sentimento de pertença do morador, apareceu também na fala do Glauco, ainda que de forma mais tímida, quando este se referiu às comunidades Paturi, Paulo Afonso I e Paulo Afonso II como produtos de invasão do lugar *Rangel*. Argumentou, com efeito, que se tratavam de favelas, de manchas urbanas que colaboravam para a desvalorização da fachada coletiva do bairro do *Rangel*.

Interessante notar que a noção de pobreza urbana como aspecto monstruoso do urbano e como elemento de sujeira e perigo se consolida na cidade de João Pessoa, e também nas sociabilidades urbanas do país, no processo de expansão acelerada da malha urbana e de acomodação da pobreza em suas periferias como estratégia de contenção social e de limpeza e embelezamento urbanos. O sentimento generalizado de insegurança nas cidades, nesse sentido, se organiza como indústria de segurança privada e como e cultura do medo.

O outro generalizado (Mead, 1973) aparece, desta forma, como elemento social de ameaça, de desconfiança e de amedrontamento à integridade física, moral e patrimonial de cada morador da cidade. Esta cultura do medo personifica o outro generalizado na figura do pobre e da pobreza, estranhados como produtos de falência moral e agentes de desordem civilizatória. A própria pobreza, no entanto, assume o discurso deste empreendimento moral em forma de justificar-se como não perigosa e de identificar o outro próximo, também pobre, como o potencial causador de desordem no urbano.

Nas palavras de Koury e Barbosa:

A categoria pobreza, assim, funda o grande hiato entre os respondentes, e aparece ligado ao estigma de classe. Os pobres e, sobretudo, os mendigos, são considerados sujos, sem educação, sem acesso aos códigos de higiene e enfeiam e “emporcalham” a cidade. São ameaçadores em si, vistos como marginais e ladrões, e provocam medo e receio na população. São vistos como drogados, maltrapilhos, que surgem de repente nos sinais de trânsito pedindo dinheiro ou assaltando.

São pessoas não confiáveis, abjetos, elementos estranhos estabelecidos pela extrusão e que devem ser mantidos sob rígido controle social, para não avançarem sob o organizado e ameaçarem os cidadãos. A pobreza não é vista através da cidadania, mas, ao contrário, como elemento da desordem e da fragmentação social...

Vistos como bandidos, através da ótica do medo deque “vai chegar o dia em que essa gente vai nos por sob controle...”, a pobreza urbana é estranhada, e sobre ela paira o desejo de retirá-la do corpo social, afastando o perigo.

O apontar a sujeira por meio de aspectos morais, associados à desordem que ela provoca, como falta de ordenação, causa desequilíbrio nos indivíduos em relação e no todo social. A falta de educação e da conformação do caráter demonstra a preocupação com a desordem e dos riscos com a saúde provocados pela falta de higiene doméstica e da cidade, denunciando ou conformando em preconceitos. (Koury & Barbosa, 2015, p. 13).

A Figura V, logo abaixo, busca sintetizar, de forma aproximada, o que pode compreender da perspectiva do Glauco, a partir de seus conceitos de *experiência*

próxima (Geertz, 1997) sobre o seu lugar de pertença como morador do bairro do *Rangel*. A elaboração esquemática corresponde, assim, a uma análise das suas observações e relatos ao longo das ruas que percorreramos. A área delimitada em cor laranja corresponde à localização geográfica, naquela circunstância, do Varjão; a linha vermelha aponta para a parte mais baixa do relevo, onde grandes “buracos” se formam, e que, segundo Glauco, seriam “tapados”, em um projeto antigo já abandonado, para a construção de uma estrada ou ponte que ligasse a Rua 14 de Julho com a Ladeira do Varjão; o quadrilátero em vermelho situa um posto avançado Companhia de Água e Esgotos da Paraíba; a figura pontiaguda em azul localiza o PA III ou Residencial Monte Cassino; as demais áreas coloridas do bairro, como a linha amarela, o quadrilátero em azul e as pequenas marcações em verde, repetem, em menor escala e em contexto geográfico e cartográfico mais amplo, a Figura IV.



Figura V: Esquema geográfico e cartográfico aproximado dos lugares narrados pelo morador antigo: o *Varjão*, o PA III ou Residencial Monte Cassino, o projeto de ligação entre a Rua 14 de Julho e a Ladeira do Varjão. (Adaptado do Google Maps).

Trata-se notadamente de um olhar nativo bastante específico, que parte de reminerações próprias de uma rede afetivo-espacial centrada em uma família nuclear trabalhadora, de ethos religioso, politicamente engajada e voltada para a educação formal de seus dois filhos, sendo um deles o Glauco. Como bem pontua Sanabria (2008, p. 222), em alusão à Duarte e Gomes (2008), sobre a conformação familiar de identidades, de memórias e de projetos reproduzidos por gerações em aliança:

O papel da experiência religiosa no ethos familiar vem a produzir mudanças estreitamente ligadas à experiência de autoafirmação individual e de alguns ramos das redes familiares. Isso se torna evidente nas atitudes perante o trabalho, o casamento, o álcool, o sexo e a reprodução, as drogas etc., e na

maneira como essas atitudes afetam radicalmente a organização dessas famílias.

Como bem enfatizou o Glauco ao longo do passeio pelo bairro do Varjão/Rangel, sua irmã e ele constituem exceções em uma geração de amigos e amigas que hoje “descansava” no cemitério ou que muito mal tinha logrado passar da escola fundamental, vivendo das mesmas atividades braçais, das redes de dádivas e favores e do pequeno comércio no bairro.

Considerações Finais

Em sua narrativa sobre o bairro, pautada em uma lógica moral e emocional perspectívada por uma trajetória familiar e individual que buscava classificar o lugar de moradia como elemento de passagem a ser superado (Turner, 2008), na organização da vida da geração mais nova, Glauco buscou depurar o *Rangel*, compreendido como o elemento civilizado e civilizador das sociabilidades, do *Varjão*, classificado como elemento marginal moral e cronologicamente, monstruoso e contagioso. Destaca-se, portanto, no ponto de vista nativo sobre o lugar, o compromisso, ainda que ambivalente e envergonhado, com o olhar estigmatizante da cidade sobre o bairro.

Muito embora o Glauco sinta-se, de certa forma, ainda enraizado no bairro do Varjão/Rangel, para ele somente *Rangel*, verifica-se, em seus discursos e práticas, representações e classificações, todo um esforço de construção de si a partir de projetos de individualização, de autocontrole e sofisticação, de disciplina para o trabalho e de disposição para estudo enquanto superação da pertença envergonhada ao lugar de nascimento e de criação. O seu olhar sobre o bairro, com efeito, já reflete a sua atual organização da vida no bairro dos Bancários, reduto de estudantes universitários e de uma classe média de servidores públicos de segundo e terceiro escalão, mas também a sua socialização peculiar no contexto de uma família distanciada, em parte, de projetos de permanecer no bairro, ainda que profundamente conectada às suas redes homofílicas de proteção, dádiva, reconhecimento e reputação.

Nesse sentido, Glauco performata um discurso de amor e ódio ao Varjão/Rangel; buscando valorizar o *Rangel*, desde que depurado de seu passado e de seu habitus *Varjão*, lugar de *bocas*, do *crime do Ceguinho*, das favelas que invadem o *Rangel* e que só reforçam o estigma sobre o bairro, aprofundado pela narrativa de Chacina do Rangel.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey. *The meanings of social life: A cultural sociology*. Oxford: University Press, 2003.
- BARBOSA, Raoni Borges. *Medos corriqueiros e vergonha cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Coleções Cadernos do GREM, nº 8. Recife: Editora Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2015.
- BARBOSA, Raoni Borges. Resenha: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Quebra de confiança e conflito entre iguais: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 457-460, 2016.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- COELHO, Maria Cláudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das dimensões. *Mana*, v. 16, n.2, p. 265-285, 2010.

DUARTE, Luiz Fernando; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008

GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: Clifford Geertz. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012a.

GUSFIELD, Joseph R. *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Quebra de confiança e conflito entre iguais: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular*. Série Cadernos do GREM, Nº 9. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Quebra de confiança e conflito entre iguais: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular*. Caderno do GREM n. 9. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro e BARBOSA, Raoni Borges. "Sobre a sujeira: reflexões etnográficas sobre a cultura emotiva e os códigos de moralidade da cidade de João Pessoa-PB". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 42, p. 7-21, 2015.

LEWIS, Oscar. Maridos e esposas em uma vila mexicana: Um estudo de conflito de papel. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 2, n. 5, p. 79-88, 2018.

MEAD, George H. *Espíritu, persona y sociedad: Desde el punto de vista del conductivismo social*. Buenos Aires: Paidós, 1973.

SANABRIA, Guillermo Vega. Resenha: DUARTE, Luiz Fernando; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. *Ilha*, v. 10, n. 2, 2008, p. 217-224.

SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University Of Chicago Press, 1990.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

